

*Carla Silene Cardoso*  
*Lisboa Bernardo Gomes*

9

## **CRIME ORGANIZADO:**

*Crítica da definição da matéria da proibição e o  
requisito da taxatividade nas organizações criminosas*

**COLEÇÃO CIÊNCIA CRIMINAL CONTEMPORÂNEA**

*Coordenação: Cláudio Brandão*





<b>Belo Horizonte</b>	<b>São Paulo</b>
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2019, Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo Gomes.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Letícia Robini

*Diagramação* Letícia Robini

### Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

GOMES, Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo.

Crime organizado: crítica da definição da matéria da proibição e o requisito da taxatividade nas organizações criminosas -- Coleção Ciência Criminal Contemporânea -- vol. 9 -- Coordenação: Cláudio Brandão Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.  
310 p.

ISBN: 978-65-5059-017-8

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD341.5

CDU343

GRUPO  
D'PLÁCIDO



Rodapé



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>15</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>2. DIREITO PENAL E CONSTITUIÇÃO</b> .....	<b>25</b>
2.1. Estado social e democrático de direito e o <i>jus puniendi</i> .....	32
2.2. Constituição e limites à violência do sistema penal.....	46
2.3. Bem jurídico e Constituição.....	56
2.3.1. Bem jurídico como elo entre a política e o direito penal.....	58
2.3.2. A evolução da concepção do bem jurídico penal.....	65
2.3.3. A limitação do poder punitivo estatal.....	82
2.4. As garantias e os direitos fundamentais de primeira geração.....	88
2.5. Concretização das garantias penais constitucionais.....	99
<b>3. LEGALIDADE, TAXATIVIDADE E ANTINORMATIVIDADE</b> .....	<b>113</b>
3.1. Conteúdo do princípio da legalidade penal.....	113
3.2. Notícia histórica do princípio da legalidade em matéria penal.....	117

3.3. Implicações do princípio da legalidade na dogmática penal.....	124
3.4. Legalidade e taxatividade penal.....	128
3.4.1. Panorama introdutório.....	128
3.4.2. Taxatividade e matéria da proibição.....	133
3.4.3. Tipo penal e a delimitação do comportamento proibido.....	136
3.4.4. As exigências do tipo face à taxatividade.....	141
3.4.5. Antinormatividade e taxatividade.....	149
3.5. A antinormatividade como limite ao início da ação penal.....	157
<b>4. CONTORNOS DO CRIME ORGANIZADO: A PROBLEMÁTICA PENAL DE ATRIBUIÇÃO DOS LIMITES DEFINITÓRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO CRIMINOLÓGICA.....</b>	<b>167</b>
4.1. Contexto e problemática da formulação de uma definição do objeto de investigação.....	173
4.2. As duas principais correntes teóricas do crime organizado.....	175
4.2.1. O crime organizado segundo a criminologia norte-americana.....	175
4.2.2. O crime organizado segundo a dogmática penal italiana.....	179
4.3. Crime organizado: as vicissitudes da afirmação de sua existência.....	185
4.4. 4.4. Alguns apontamentos sobre a tipificação do crime organizado como crime autônomo.....	192
4.5. Crime organizado no Brasil e sua substância protetiva: realidade ou quimera?.....	195
4.6. Da negação da vulnerabilidade humana ao autoengano da segurança através da punição.....	201

4.7. Quando se mascara a realidade, a supressão de garantias parece proteção.....	208
4.8. Apreciação final: as dificuldades e perspectivas do objeto de estudo.....	213
<b>5. A INOBSERVÂNCIA DA ANTINORMATIVIDADE NA LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA BRASILEIRA COMO FATOR DE ARBITRARIEDADE ESTATAL.....</b>	<b>215</b>
5.1. Antinormatividade e a Convenção de Palermo.....	219
5.2. Análise de casos.....	226
5.2.1. Denúncia nos autos nº 0115131-61.2018.8.20.0001.....	230
5.2.2. Denúncia nos autos nº 0015592-19.2016.8.11.0042.....	235
5.2.3. Denúncia nos autos nº 0000917-25.2017.8.08.0034.....	243
5.2.4. Denúncia nos autos nº 0070002-28.2015.8.06.0001.....	247
5.2.5. Denúncia nos autos nº 5016870-42.2017.4.04.7000.....	254
5.2.6. Denúncia nos autos nº 0005474-47.2014.8.19.0004.....	263
5.2.7. Denúncia nos autos nº 0006718-48.2017.8.07.0001.....	277
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>283</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>293</b>